



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

14774 - Resumo Expandido - Trabalho - XVII Reunião Regional da ANPEd Centro-oeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT 21 - Educação e Relações Étnico-Raciais

A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR EM MATO GROSSO DO SUL

Ana Paula Oliveira dos Santos - UFMS/Campus de Campo Grande - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Waneide Ferreira Santos Assis - UFMS/Campus de Campo Grande - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Agência e/ou Instituição Financiadora: Fundect

A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR EM MATO GROSSO DO SUL

Este trabalho vincula-se ao projeto de pesquisa intitulado “O fortalecimento identitário de mulheres negras nos cursos de graduação das universidades públicas de Mato Grosso do Sul”, selecionado por meio do Edital Chamada Fundect Nº 10/2022, a partir do Programa “Mulheres na Ciência Sul-Mato-grossense” e insere-se no âmbito do Grupo de Estudo e Pesquisas sobre Educação, Relações Étnico-Raciais e Formação de Professores (GEPRAFE/UFMS).

Este estudo teve como objetivo compreender o processo de implementação de políticas afirmativas na educação superior em Mato Grosso do Sul, com vistas a identificar quais instituições públicas promovem o acesso de mulheres negras na educação superior.

O estado de Mato Grosso do Sul foi criado pela Lei Complementar nº 31, sancionada pelo então presidente da República Ernesto Geisel em 11 de outubro de 1977, dividindo o estado de Mato Grosso (MT) em dois: o MT e o MS. Situado na região Centro-Oeste do Brasil, o MS possui uma história marcada por complexos conflitos fundiários, que tiveram origem em processos históricos e estruturais, permeando a ocupação e o uso da terra na

região, e desempenhando um papel significativo em sua trajetória socioeconômica e política. Desses conflitos, pode-se destacar: disputas pela demarcação das terras indígenas e comunidades quilombolas; a Guerra do Paraguai, ou Guerra da Tríplice Aliança; e o programa de colonização Marcha para Oeste, do presidente Getúlio Vargas.

“Com a divisão das terras e criação de Mato Grosso do Sul, a construção da história desse novo estado desconsiderou o processo violento de ocupação e expulsão/exterminio dos povos indígenas [...]” (VANDERLEY, 2023, p. 174). A história de MS está atrelada ao poder dos grandes latifundiários e “foi constituída pela memória hegemônica que tem como protagonistas os grandes proprietários de terra” (VANDERLEY, 2023, p. 174). Contudo, a verdadeira história invisibilizou as comunidades tradicionais, que estavam fora dos bancos escolares e fora dos grupos de poder – e que, quando tiveram conhecimento, a história já estava sendo contada (SANTOS, 2017, p. 248).

Essa lógica caracteriza-se pelos ideais de branqueamento, de mestiçagem nacional e de racismo estrutural enraizados na sociedade brasileira. A formação do MS ocorreu sob a predominância de extensos latifúndios, o que resultou na dispersão da população, não havia grandes centros urbanos, exceto a capital, que concentrava a maioria das oportunidades educacionais, especialmente de nível superior. Diante desse cenário, o acesso à universidade tornava-se desafiador, devido à distância entre a demanda por educação e as instituições, o que evidenciava a necessidade de internalizar a oferta nesse nível de ensino para viabilizar o acesso (NANTES, 2010).

A educação superior em MS tem um caráter privatista. Segundo Bittar, Almeida e Rodriguez (2006, p. 32), de 1991 a 2004, o número de IES privadas cresceu de 10 para 39, enquanto as IES públicas cresceram de 1 para 2 no mesmo período. Conforme as autoras apontam, foi a partir de 1960 que surgiram as primeiras iniciativas da educação superior, quando ainda não havia ocorrido a divisão do estado. O crescimento populacional do estado também foi acompanhado pelo aumento da oferta de vagas na educação superior. Historicamente, constata-se, em MS, uma predominância de instituições privadas de ensino superior. Dentre as instituições privadas, 34 eram de natureza particular, e cinco eram filantrópicas.

Conforme dados do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (ATLAS BRASIL, 2020), as taxas de escolaridade bruta em MS em 2020, é possível identificar que a população branca possui índice de 27,7 enquanto a população negra apresenta uma taxa de 12,02. Embora os avanços sejam notáveis nos últimos anos, ainda é preciso avançar muito.

O caminho de luta percorrido pelo Movimento Negro (MN) no referido estado abriu vários caminhos para a implementação de políticas públicas compensatórias de promoção do acesso da população negra na educação superior, entre elas, as cotas raciais. No estado do MS, as políticas afirmativas encontram ecos da trajetória nacional, onde a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) está inserida no período de pressão política pós

Conferência de Durban, e as primeiras iniciativas no Brasil; a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) se insere no processo de implementação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), com as exigências de propostas de inclusão e permanência acadêmicas; o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS) se encontra dentro da efetivação da Rede Federal Tecnológica, que já inicia seus cursos com ações afirmativas sociais; e a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) se enquadra no período pós Lei das Cotas, que implementa as ações afirmativas por força da lei.

A UEMS foi instituída pela Lei nº 1.461, de 20 de dezembro de 1993, com sede e foro na cidade de Dourados. Ela se constituiu como a quarta universidade do país – e a terceira do estado – a implementar as cotas para negros/as, pela Lei Estadual nº 2.589/2002, reservando 20% de suas vagas da graduação a esse público. Também vale ressaltar que ela foi a primeira universidade do Brasil a inserir cotas para estudantes indígenas, pela Lei Estadual nº 2.605/2003, em um estado com a segunda maior população indígena do país em 2002, reservando 10% de todas as suas vagas de graduação para esse público. A reserva de vagas para negros e indígenas estavam vinculadas ao critério do ensino médio em escola pública.

Em relação às federais de MS, a UFGD foi criada em 2005 e iniciou a reserva de vagas em 2009. Nesse sentido, a partir da adesão ao REUNI, a oferta de 25% de suas vagas de graduação foi direcionada para a modalidade de cota social, a fim de acolher estudantes oriundos/as de escola pública. “[...] Do total de vagas, 25% eram destinadas a esse público, em um sistema de ações afirmativas autônomo, que funcionou de 2009 a 2012 e contribuiu para a entrada de mais de mil pessoas oriundas da rede pública de ensino [...]” (UFGD, 2022). Em 2013, a instituição implementou as cotas conforme preconiza a Lei nº 12.711/2012.

O REUNI, em seu documento base, recomendava a ampliação do ensino superior para as demais camadas da população por meio da indução de ações afirmativas (BRASIL, 2007). A reserva de 25% das vagas em todos os cursos e turnos para alunos que cursaram todo o Ensino Médio em escola pública, na UFGD, foi uma resposta à adesão ao REUNI, e perdurou até o processo seletivo de 2012. Segundo Rosa (2023), não foi proposta uma reserva de vagas com recorte racial na instituição, mesmo o debate sendo suscitado por alguns segmentos da universidade. Com a aprovação da Lei nº 12.711/2012, em 2013, a UFGD passou a reservar 25% de suas vagas de graduação para cotistas e, em 2014, já implantou a reserva de 50%.

O processo de implementação do IFMS teve início em 2007, e em 2008 ocorreu a instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (IFMS, 2022, p. 8). O IFMS deu início à implementação das cotas juntamente com a implantação dos *campi*, pois, em seus processos seletivos, já ocorria a oferta de cotas sociais, sendo reservadas 50% das vagas para estudantes oriundos/as de escola pública. A criação dos Institutos Federais esteve intimamente ligada à oferta de educação profissional e tecnológica para as camadas populares e a oferta de cotas sociais (escola pública) tem sua origem com a

implantação dos *campi* em MS, enquanto as cotas raciais foram implementadas a partir da Lei nº 12.711/2012.

Nesse contexto, a UFMS é a última instituição federal do MS a instituir alguma modalidade de política afirmativa, visto que só iniciou a oferta das cotas sociais e raciais após a imposição dada pela Lei nº 12.711/2012. Embora existissem atores sociais que fomentassem o debate para a implementação das cotas raciais nas universidades, tanto a UFGD (ROSA, 2023) quanto a UFMS (MACIEL; TEIXEIRA; SANTOS, 2019) só cumpriram essa reserva de vagas por força de lei, sem concepções próprias de política afirmativa.

A implementação de política afirmativa em MS tem sido um importante instrumento de democratização do acesso à educação superior, permitindo que estudantes oriundos/as de grupos historicamente excluídos desse contexto superior tenham a oportunidade de acessá-lo e contemplarmos uma representação da diversidade da sociedade brasileira na universidade.

Palavras-chave: Cotas Raciais. Políticas Afirmativas. Educação Superior. Mato Grosso do Sul.

REFERÊNCIAS

ATLAS BRASIL. **Territorialidades. Indicadores. 2013-2020.** Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/consulta/planilha>. Acesso em: 20 mar. 2023.

BITTAR, Mariluce; ALMEIDA, Carina Elisabeth Maciel de; RODRIGUEZ, Margarita Victoria. Educação Superior no Mato Grosso do Sul 1991-2004. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. (Org). **Educação Superior Brasileira 1991-2004 - Mato Grosso do Sul.** Brasília: 2006. p. 24-74.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Reuni.** Diretrizes Gerais. 2007, p. 10. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2010

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 11.892, de 29 de novembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso: 6 maio 2023.

MACIEL, Carina Elisabeth; TEIXEIRA, Samanta Felisberto; SANTOS, Lourival dos. POLÍTICA DE COTAS E BANCAS DE HETEROIDENTIFICAÇÃO NA UFMS: UMA HISTÓRIA EM CONSTRUÇÃO. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 11, n. 29, p. 78-93, ago. 2019. ISSN 2177-2770. Disponível em: <<https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/752>>. Acesso em: 06 set. 2023.

NANTES, Valquiria Allis. **Expansão da Educação Superior em Mato Grosso do Sul e a ampliação do acesso ao Ensino Superior noturno 1990 a 2006.** Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Campo Grande, 2010

ROSA, Aline Anjos. **As Políticas de Ações Afirmativas e a atuação da Comissão de Heteroidentificação como instrumento de garantia para o acesso de negros e negras no curso de Medicina da UFGD (2013-2020)**, Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2023.

SANTOS, Lourival dos. POR UMA HISTÓRIA DO NEGRO NO SUL DO MATO GROSSO: história oral de quilombolas de Mato Grosso do Sul e a (re)invenção da tradição africana no cerrado brasileiro. **CLIO: Revista de Pesquisa Histórica** - CLIO (Recife), ISSN: 2525-5649, n. 35, p. 239-259, Jul-Dez, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22264/clio.issn2525-5649.2017.35.2.al.05>. Acesso em: 20 jan. 2024.

UFGD. Universidade Federal da Grande Dourados. Lei de Cotas: após dez anos, perfil de estudantes está mais próximo da realidade brasileira. **Jornalismo ACS/UFGD**, 29 de agosto de 2022. Disponível em: <https://ufgd.edu.br/noticias/lei-de-cotas-apos-dez-anos-perfil-de-estudantes-esta-mais-proximo-da-realidade-brasileira>. Acesso em: 05 maio de 2023.

VANDERLEY, Selma de Fatima. **Conexões entre as cotas raciais e os processos construtivos da identidade da pessoa negra na UFMS**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2023.